

Tribunal de Contas do Estado

02101 Tribunal de Contas do Estado

Inciso III do Art.13 da LDO nº 8.375, 19/07/16

		OGE 2017							R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
01.032.1455-6267	Operacionalização das Ações Administrativas	8.123.426	0	0	8.035.597	87.829	0	0	0
01.032.1455-7626	Implantação da Gestão por Competência	145.965	0	0	145.965	0	0	0	0
01.032.1455-7627	Implantação do Sistema de Gestão de Custo	49.440	0	0	49.440	0	0	0	0
01.032.1455-7628	Implantação do Processo Eletrônico do TCE	1.338.752	0	0	1.019.491	319.261	0	0	0
01.032.1455-7629	Implantação de Procedimentos de Controle de Qualidade de Auditoria	116.720	0	0	100.625	16.095	0	0	0
01.032.1455-8571	Modernização da infraestrutura do TCE	307.153	0	0	77.153	230.000	0	0	0
01.032.1455-8572	Capacitação para Membros e Servidores do TCE	353.847	0	0	353.847	0	0	0	0
01.032.1455-8574	Manutenção de Assistência Médica e Odontológica	2.976.488	0	0	2.971.965	4.523	0	0	0
01.032.1455-8575	Administração de Recursos Humanos dos Membros e Servidores do TCE	130.697.165	130.223.024	0	474.141	0	0	0	0
01.032.1455-8576	Implementação de Ações de Publicidade Institucional	231.481	0	0	231.481	0	0	0	0
01.032.1455-8577	Aperfeiçoamento de Mecanismos de Fiscalização	860.532	0	0	849.802	10.730	0	0	0
01.032.1455-8579	Modernização do Parque Tecnológico do TCE	2.463.497	0	0	521.080	1.942.417	0	0	0
01.032.1455-8581	Implementação de Ações de Promoção ao Controle Social	391.633	0	0	391.633	0	0	0	0
01.331.1455-8573	Concessão de Auxílio Alimentação	11.167.976	0	0	11.167.976	0	0	0	0
Total		159.224.075	130.223.024	0	26.390.196	2.610.855	0	0	0

Tribunal de Contas dos Municípios

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo, na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios do Estado.

Inciso VI do Art.13 da LDO nº 8.375, 19/07/16

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, arts. 115 a 123.	Estabelece normas a serem aplicadas, no que couber, à organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios.
Lei nº 5.654, de 23 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Lei Complementar n º 25, de 5 de agosto de 1994.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Ato nº 9, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado, de 8 de março de 1995.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 26, de 16 de junho de 2004.	Dá nova redação ao art.307 da Constituição do Estado do Pará, o processo de escolha de Conselheiro do TCE E TCM, em caso de vaga ocorrida após a promulgação desta Constituição, ou que venha a ocorrer, observado o disposto no art.119, obedecerá os critérios descritos nesta Emenda.
Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios FUMREAP/TCM.
Lei Complementar nº 084, de 27 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, e dá outras providências.
Portaria nº 0326/2015 - TCM.	Regulamenta a antecipação de décimo terceiro salário de seus servidores.
Lei Complementar nº 102, de 29 de setembro de 2015.	Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e altera a Lei Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Portaria nº 0323/2015 - TCM.	Fixa o valor da diária a que fazem jus os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que, a serviço, no efetivo exercício de suas atribuições legais.